

INOUE (Mitsusada). — *Nihon Kokka no Kigen (A Origem do Estado Japonês)*, Tokyo, Iwanami, 1962, 229 págs.

O problema da formação do Estado Japonês é um dos que mais tem causado discussões no Japão. Até os fins do século XIX sempre se acreditou que o Japão era um país fundado pelos deuses, dos quais descendia o Imperador e, a despeito do desenvolvimento da História e das Ciências Auxiliares após a ocidentalização do país, interesses políticos fizeram com que se continuasse a ensinar essa versão mitológica ao povo, não se permitindo aos especialistas que publicassem teses que a contrariassem até a derrota do Japão na II Grande Guerra, em 1945. Com o restabelecimento da liberdade de ensino, a lenda foi substituída nos livros didáticos pelo relato científico, baseado nos dados arqueológicos e na crítica racional dos documentos escritos, mas a despeito do grande progresso da Arqueologia e ciências afins, muita coisa ainda permanece obscura e estamos longe de possuir dados precisos sobre a formação do Estado no Japão. Neste livro, o prof. Mitsusada Inoue, especialista de História Antiga do Japão, não se propõe a apresentar uma nova teoria a respeito da origem do Estado Japonês, mas apenas a nos dar um apanhado dos dados que a Arqueologia e os documentos escritos fornecem sobre o assunto e a apresentar as principais teorias que tentam explicar a formação do Estado no Japão, acompanhadas dos principais argumentos pró e contra cada uma delas. Na primeira parte da obra o prof. Inoue apresenta todos os dados sobre o Japão primitivo que constam das crônicas chinesas e japonesas. Tratando primeiramente das crônicas chinesas, cita em primeiro lugar a “Crônica da Segunda Dinastia de Han” e seus dados sobre as embaixadas japonesas à China, confirmados por achados arqueológicos. Estuda depois muito mais minuciosamente a “Crônica de Wei”, que menciona uma rainha de nome Himiko, senhora de um certo reino de Yamatai, que teria enviado uma embaixada ao reino chinês de Wei no ano 239 de nossa era. Citando a polêmica a respeito da localização desse reino, que alguns autores querem colocar na Região de Yamato, onde se comprova o estabelecimento da Corte japonesa desde o século V — hipótese que recuará a formação do Estado Japonês para o século III de nossa era — e outros ao norte da ilha de Kyushu, opinião partilhada pelo autor. Analisa depois os acontecimentos semi-legendários relatados pelas mais antigas crônicas japonesas, o *Kojiki* (712) e o *Nihon-gi* (720), que colocam a origem do Japão em 660 a. C., com a subida ao trono na região de Yamato do Imperador Jinmu, originário de Kyushu, e que mencionam uma expedição militar à Coreia realizada pela imperatriz Jingô no século III de nossa era. Recorrendo aos dados da Arqueologia e às crônicas chinesas, mostra que Jinmu não passa de uma figura lendária, que não se pode admitir a formação de um estado imperial em época tão remota e que a lenda da Imperatriz Jingô nasceu provavelmente da associação da figura da rainha Himiko das crônicas chinesas com a lembrança das expedições militares dos primeiros imperadores japoneses à Coreia, a partir do século IV. Na segunda parte da obra, são apresen-

tadas e discutidas as duas principais teorias a respeito da origem do Estado Japonês: a teoria marxista, segundo a qual o Japão em suas origens teria experimentado uma "Idade Heróica" semelhante a Idade Homérica grega, antecedendo a consolidação do poder imperial e aversão segundo a qual os imperadores japoneses descenderiam de invasores nômades vindos da Coréia. Apresentando os argumentos pró e contra cada uma dessas duas teorias e as várias reformulações que elas sofreram, o autor conclui que, embora a primeira delas pareça ser a mais satisfatória, apresenta ainda uma série de lacunas e pontos duvidosos, que a segunda, embora menos provável, chama a atenção para certos dados da Arqueologia que ainda demandam uma explicação convincente e que, em suma, no estado atual de nossos conhecimentos, ainda não é possível apresentar uma explicação in-dubitável e perfeita da formação do Estado Japonês.

RICARDO MÁRIO GONÇALVES

*

* * *

CARTULAIRE ET ACTES D'ENGUERRAN DE MARIGNY. Introdução, notas e edição de Jean Favier. Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France — série in-8.º — Vol. 2 — Paris, Bibliothèque Nationale, 1955. In-8.º, 315 páginas, 2 fac-similes.

CARTULAIRES DES TEMPLIERS DE DOUZENS. Introdução, notas e edição de Pierre Gerard e Elisabeth Magnou, sob a direção de Philippe Wolff. Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France — série in-8.º — vol. 3. Paris, Bibliothèque Nationale, 1965. In-8.º, XLIII — 367 páginas, 2 fac-similes e 2 mapas.

Representam os volumes em epígrafe lançamentos recentes de uma nova série da **Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France**, cujas publicações têm-se ressentido de uma certa irregularidade, motivada pelas flutuações de prestígio dos trabalhos de erudição na França. Iniciadas no século passado, as publicações que formam a coleção em questão representavam um acervo imponente às vésperas da Primeira Guerra Mundial, tendo o seu ritmo arrefecido a partir de então, situação que persistiu praticamente até a presente década.

Com a abertura de novos campos nos estudos históricos e, sobretudo, com o incremento dos estudos de História Econômica, os tradicionais instrumentos fornecidos pela atividade dos eruditos (inclusive no que tange aos documentos publicados), tornaram-se insuficientes, o que provocou uma revalorização da erudição e uma reativação nesse setor. Nesse quadro do renascimento da erudição, se assim podemos dizer, inscreve-se o estabelecimento da nova série "in-8.º" da mencionada coleção, publicada sob os auspícios do **Comité**